

ESTADO INTERVENTOR NA PARAÍBA (1930-1932): POLÍTICA, CENTRALIZAÇÃO E DIMENSÃO MÍTICO-ESTATAL¹

*Martinho Guedes dos Santos Neto*²

Centralização Administrativa e Política na Paraíba pós-30

Em linhas gerais, o contexto político-social da Paraíba depois de 1930 foi emblemático na escalada rumo à estruturação do centralismo do aparelho do Estado. Contudo, essa reorganização não foi construída ao acaso e tampouco numa mera perspectiva moralizadora.

Espelhado no martírio patriótico de João Pessoa, o pós-30, implicitamente, empurrou a Paraíba para um modelo de Estado cujos moldes estivessem refletidos em sua suposta moralidade administrativa e, ao mesmo tempo, à altura das pretensões revolucionárias daqueles primeiros instantes. Tratou-se de atender às prerrogativas da revolução e construir um modelo fiel de moralidade, o que foi muito bem colocado pelo editorial do jornal A União, quando da investidura no cargo de interventor paraibano o Sr. Anthenor Navarro: *“a sua escolha para o cargo de interventor neste estado dá-nos a certeza de que a Revolução entra no seu aspecto objectivo, na sua feição constructora de saneamento moral dos costumes políticos pela seleção de capacidades”*³.

A União, ao reverenciar a escolha de Anthenor Navarro como uma seleção de capacidades, pressupôs a busca de um conceito administrativo longe das práticas políticas oligárquicas e a construção de um saneamento moral de costumes e ações políticas refletidas nas bases da administração do *“mártir da revolução”*, cujo fim seria a instauração de uma nova ordem sócio-política.

Antes de 1930, João Pessoa já havia percebido que a máquina administrativa do Estado se configurara como uma extensão da ação dos coronéis, pois estes não se limitavam aos seus deveres partidários e intervinham discricionariamente na administração estatal. Segundo João Pessoa: *“Arrecadava e dispunha como bem entendia das receitas públicas. Tributava e não era tributado. Fazia justiça, mas não se deixava justificar... era ponderado e salutar junto as autoridades locais,*

¹ Esse texto é um extrato da Dissertação de Mestrado intitulada “Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba em 30 mar. 2007, sob orientação da Prof^a Dra. Monique Guimarães Cittadino e financiada pela Capes. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2007_mest_martinho_santos_netto.pdf>.

² Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professor substituto do Departamento de Geo-História da Universidade Estadual da Paraíba. E-Mail: <martinho@hotmail.com>.

³ A União, João Pessoa, 16 jul. 1930, p. 1 e p. 3.

*prestigiando-as no exercício regular das suas funções*⁴. Neste aspecto, a centralização pretendida pelo bloco vencedor de 1930 emergiu como pedra de toque e primeiro caminho seguido na consolidação de uma continuidade do poder⁵.

Ou seja, o que emergiu foi um novo pacto de poder estatizado e de conduta moralizadora que, no caso do Norte e Nordeste, teve à frente Juarez Távora e José Américo de Almeida. Na Paraíba, a indicação de Anthenor Navarro para a interventoria consolidou a perspectiva desse pacto, e garantiu as transformações centralizadoras do Estado, cujos fins foram o desmonte dos mecanismos da dominação dos grupos oligárquicos e a substituição da autonomia municipal por uma autonomia fiscalizada. Sendo assim:

*Fica assegurada a autonomia municipal, cabendo aos Estados organizar os municípios, definindo-lhes a autonomia e especificando-lhes os interesses e atribuições. A autonomia municipal não é absoluta, como absoluta não é a autonomia dos Estados; e assim como a União, ao constituir-se, circunscreveu a autonomia dos Estados, estes, em suas constituições, limitarão a autonomia dos municípios.*⁶

Ao tempo da interventoria de Anthenor Navarro⁷ (1930-1932), os limites dessa autonomia municipal estiveram na ordem do dia e foram reconduzidos à tutela do Estado. Neste momento, a Paraíba conheceu um intenso processo de centralização estatal em todas as esferas da sua jurisdição. A todo custo, Anthenor procurou alinhar sua administração intervencionista aos moldes do programa revolucionário e ao modelo de ação do governo de João Pessoa.

Isso não quer dizer que João Pessoa fosse adepto dos ideais tenentistas, ou que sua administração fosse permeada por tais ideais; o que ocorreu foi a incorporação, à conduta administrativa de Anthenor Navarro, dos princípios da centralização estatal defendidos por aquele presidente; ou seja, a consolidação da ação intervencionista de Anthenor Navarro passou, necessariamente, por essa incorporação haja vista a comoção social e a crescente mitificação das ações administrativas de João Pessoa.

No contexto pós-movimento de 30, essa iniciativa da interventoria não podia ser diferente. Por força da conjuntura política e social, foi dada a Paraíba somente a alternativa de responder ao sacrifício de João Pessoa e honrar sua experiência moralizadora. Contribuiu para isso, a indicação de um interventor identificado com as ideologias revolucionárias e a

⁴ A União, Cidade da Parayba, 11 out. 1929, p. 1.

⁵ A continuidade a que nos referimos está implicada no entendimento de que 1930 não foi uma mudança substancial no bloco do poder, mas, a emergência de uma facção desse bloco pouco privilegiada no conjunto político da República Velha (1889-1930). Ainda assim, entendemos que não há uma homogeneidade nesta continuidade tendo em vista a diversidade de interesses daqueles que fizeram a “revolução de 1930”.

⁶ NÓBREGA, J. Flósculo da. “Autonomia Municipal”. A União, João Pessoa, 30 nov. 1930, p. 5.

⁷ Anthenor de França Navarro nasceu na cidade da Parahyba do Norte, em agosto de 1899; ainda jovem seguiu para o Rio de Janeiro onde se diplomou como Engenheiro - Geógrafo, em 1921. Em

perspectiva de um ordenamento político-estatal longe da influência oligárquica.

O estado paraibano, a partir de então, se constituiu como centralizador e requereu para si o controle de toda a máquina administrativa, arquitetado-a nos moldes de uma política que, em tese, pretendeu ser imparcial. Fiel a esse centralismo, a administração intervencionista de Anthenor Navarro pode ser pontuada em duas linhas de ação, condutora do processo de centralização do estado paraibano: 1º - o soerguimento das finanças a partir do Estado e 2º - o controle fiscalizador das municipalidades.

De entrada, para os objetivos do novo governo, a interventoria empreendeu uma crescente campanha de soerguimento das finanças da Paraíba. Segundo a interventoria, as divisas haviam sido esgotadas e ainda se podia perceber a intervenção dos chefes locais na administração. O Estado se encontrava estacionado e sem mobilidade; ainda que houvesse experimentado as medidas centralistas do governo de João Pessoa, o desenrolar dos acontecimentos de 1930 impossibilitaram à Paraíba de usufruir dos resultados de tais medidas.

Ao longo de todo o seu governo, Anthenor Navarro publicou nas páginas do jornal *A União*, na coluna “Parte Oficial”, inúmeros decretos de exoneração e suspensão de vencimentos de servidores. De 1931 a 1932, o funcionalismo paraibano foi completamente reduzido e subordinado às ordens da interventoria. O Estado ditou as determinações e as funções a serem exercidas sem a interferência do poder local. As remoções e exonerações atingiram principalmente os “filhotes” do poder local que, na maioria dos casos, não exerciam regularmente suas funções; na medida em que a interventoria reorganizou o quadro funcional da Paraíba, também redistribuiu tais funções, criou outras e equiparou os vencimentos de acordo com os encargos e aptidões.

A mesma conduta também foi estendida aos municípios. Tertuliano Ferreira de Mello prefeito de Araruna, por exemplo, traduziu a perspectiva dos prefeitos nomeados pela interventoria quando afirmou: “Reduzirei [o funcionalismo] ao mínimo possível, afim de que possa dispor de saldos que me habilitem a cuidar das necessidades do município”⁸.

O saneamento do funcionalismo apontou, então, para dois propósitos: o de economizar e tentar criar divisas para os cofres públicos com a redução da folha de pagamento; e o de destruir os tentáculos do poder local na burocracia estatal, uma vez que grande parte das exonerações e remoções foi direcionada aos apadrinhados políticos ou pessoas coniventes com o chefe local.

1928, no governo de João Pessoa, voltou a Paraíba e assumiu a Repartição de Água e Esgoto da Capital. Atuou na política local, nas artes e foi apreciador da música erudita. Com o movimento de 1930, Anthenor comungou com os ideais tenentistas e participou da clássica tomada do 22ª Batalhão de Caçadores da capital paraibana, na noite de 4 de outubro de 1930.

⁸ Tertuliano Ferreira de Mello era tenente revolucionário completamente estranho ao meio político de Araruna. Na administração do referido município seguiu a risca os propósitos revolucionários e realizou uma administração distante da política local. Ver: *A União*, João Pessoa, 1 jan. 1931, p. 3.

Nesse sentido, a interventoria impôs a todos os setores produtivos e administrativos do Estado, pelo decreto nº 30, o envio dos dados mensais de receitas e despesas. As repartições estaduais, as Prefeituras Municipais, os estabelecimentos de ensino, os bancos e caixas rurais, escritôres do comércio e de registro e as Recebedorias de Renda foram obrigados a informar, mensalmente, à interventoria, suas respectivas movimentações em minuciosos mapas estatísticos⁹.

No tocante à tributação, Anthenor Navarro procurou reorganizar as tabelas tributárias com redução de taxas e isenções. Os produtos de exportação, quando não submetidos a nenhum outro encargo, foram taxados no imposto de estatística; a tributação sobre a exportação de tecido foi reduzida e, por 90 dias, os gêneros alimentícios de primeira necessidade (charque, mandioca, feijão café, milho e farinha) foram isentados de ônus tributário; foi suspensa a isenção de impostos concedida às casas importadoras do comércio e a Sociedade Anonyma Indústrias Reunidas F. Matarazzo foi isentada das tributações incididas sobre a matéria prima por ela utilizada e sobre os subprodutos importados por essa indústria¹⁰.

As Mesas de Rendas (Coletorias Estaduais), outro ponto fundamental na reorganização das finanças estaduais, estavam espalhadas por toda Paraíba e sofriam diretamente a influência do poder local. Depois de 1930, Anthenor promoveu a reestruturação das repartições fiscais no sentido de intensificar a isenção dos arrecadadores de renda da influência local de modo a otimizar a arrecadação. Deste modo, a interventoria criou Estações fiscais em vários municípios e desmembrou postos fiscais¹¹.

Os expurgos não pouparam os administradores, os estacionários fiscais e nem os escritôres. Eles foram removidos para outros municípios, após a constatação de irregularidades, e em alguns casos foram exonerados e substituídos. Com essa medida, a interventoria desarticulou a subserviência dos administradores de renda aos chefes políticos.

O interventor Federal neste Estado assignou nesta data os seguintes decretos: Removendo o administrador da Mesa de Rendas de Campina Grande, Antonio Cassiano de Oliveira, para igual cargo na de Cajazeiras; Sabino Mathias de Assis, administrador da Mesa de Rendas

⁹ O decreto que se refere ao envio dos dados estatísticos a Repartição de Estatística é o Decreto nº 30 de 05 de dezembro de 1930. De todos os setores citados acima somente as Recebedorias de Rendas não deveriam enviar mapas estatísticos, mas, vias de despachos. Ver: ESTADO DA PARAYBA. *Actos do Interventor Federal*: decretos de 1930. Nº 160. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1931, p. 88-89.

¹⁰ As informações acima têm base nos Decretos nº 51, de 27 de Janeiro de 1931; nº 76, de 19 de março de 1931; nº 82, de abril de 1931 e nº114, de 19 de maio de 1931. Ver: ESTADO DA PARAYBA. *Actos do Interventor Federal*: decretos de 1931. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1931, p. 7, p. 59 e p. 105. As indústrias Matarazzo instaladas na Paraíba fabricavam de óleos algodão e seus derivados.

¹¹ Pelo Decreto nº 38, de 19 de dezembro de 1930, a interventoria de Anthenor Navarro extinguiu a mesa de renda de São João do Cariry e desdobrou a sua circunscrição nas Estações Fiscais de Taperoá, Serra Branca, Sant'Anna do Congo, São Sebastião do Umbuzeiro e Timbaúba. Criou a Estação Fiscal de Esperança e Pitimbú. Desmembrou os Postos Fiscais de Misericórdia, Gurinhém e Soledade. E também elevou a Estação Fiscal de Santa Rita a categoria de Mesa de Renda. Ver ESTADO DA PARAYBA, *Actos do Interventor Federal*: decretos de 1930. p. 96-98.

*de Cajazeiras para a de Souza; Juiz Raymundo Bezerra, administrador da Mesa de Rendas de Catolé do Rocha, para a de Mamanguape; Manuel Cyrilo de Sá Filho, administrador da Mesa de Rendas de Areia para igual cargo na de Patos; Joaquim Carneiro Mesquita, estacionário fiscal de Umbuzeiro, para igual cargo em Ingá; Francisco Alves de Souza, escrivão da Mesa de Rendas de S. João do Cariry para igual cargo na de Catolé do Rocha... Exonerando, a bem do serviço público, o sr. Genésio Gambarra, administrador da Mesa de Rendas de Guarabira.*¹²

Como resultado, a reorganização das tabelas tributárias provocou uma paulatina dinamicidade no comércio e deu maior operacionalidade às transações entre os comerciantes e a Secretaria da Fazenda da Paraíba. As novas medidas, ao passo que possibilitaram a movimentação das transações comerciais, trouxeram também a possibilidade de o Estado arrecadar regularmente os impostos. Por sua vez, a redistribuição das Mesas de Rendas e a nomeação de fiscais estranhos à política local também contribuíram para a crescente arrecadação. Neste sentido, a burocratização encampada pela interventoria de Anthenor dotou o Estado de um ordenado mecanismo de arrecadação caracterizado pela reestruturação dos órgãos fiscais e pela insistente política de contenção de gastos.

Entretanto, não podemos esquecer que toda essa estruturação centralizadora do Estado teve seu respaldo em um momento político de definição de novos caminhos para a política brasileira. O governo provisório de Vargas, se não esteve empenhado em um processo de profunda reforma política e estrutural do Brasil, pelo menos, possibilitou as bases dessa nova conformação centralizadora de Estado, garantindo aos interventores estaduais os meios necessários a essa ação.

Portanto, a escalada rumo a pretendida moralização da Paraíba se deu pela reorganização da administração, e foi feita por dentro do aparelho estatal com a criação dos mecanismos de fiscalização das municipalidades. A interventoria de Anthenor, desde logo, entendeu que as prefeituras deveriam proceder de modo autônomo e independente da influência dos chefes locais e que deveriam prestar contas exclusivamente ao Estado, pois, do contrário:

*se continuarem os chefes políticos a intervir directamente no governo dos senhores prefeitos é deixar tudo como estava e enrolar a bandeira da revolução, substituindo-a pela verde das esperanças de permanecerem os mesmos escândalos... Os prefeitos sem autonomia, não serão prefeitos, mas portadores de recados dos chefes políticos.*¹³

Veja-se que a moralidade pretendida estava substanciada na implementação de uma ordem estatal pela reestruturação do Estado, pois, em quase a totalidade dos municípios paraibanos a ação da interventoria foi sentida. Anthenor procurou, então, colocar a administração municipal sob uma jurisdição centralista e o Estado tornou-se o condutor das finanças, da magistratura e dos cargos públicos. Em

¹² A União, João Pessoa, 21 dez. 1930, p. 2.

¹³ MARCIEL, J. "A autonomia das prefeituras". A União, João Pessoa, 4 jan. 1931, p. 2.

nome da “Revolução” a interventoria reconduziu a vida municipal e submeteu-a as suas determinações.

Para tanto, Anthenor Navarro recorreu a determinações do governo de João Pessoa, como a Lei nº 689, de outubro de 1929, que dispunha sobre a contabilidade e os orçamentos das prefeituras. Apoiado na referida lei, ele tornou efetiva a regulamentação das cobranças de licenças e concessões comerciais dentro dos municípios, primou pelo controle dos gastos com pessoal, que não deveriam exceder 30% da receita, e pôs em prática a proibição da “nomeação, por parte dos prefeitos, de parentes consanguíneos ou afins até o sexto grau para cargos públicos do município. Se em alguma prefeitura o cargo de thesoureiro estiver sendo ocupado por parente do chefe do poder executivo municipal, deve, desde já, ser substituído por pessoa idônea”¹⁴.

Em muitos municípios, os prefeitos foram exonerados e suas administrações reformada. Na maioria dos casos, a exoneração foi justificada por incompatibilidade de funções ou atentado à ordem moral e pública, cuja constatação de improbidade administrativa era feita pelas Comissões de Averiguação. Com esse mecanismo fiscalizador, a interventoria pôde promover o controle da funcionabilidade dos municípios paraibanos, pois, tais comissões apuravam os desvios de conduta dos prefeitos e uma vez confirmadas as denúncias, em geral, o prefeito era exonerado e substituído¹⁵.

Em 1932, o jornal *A Imprensa* publicou a seguinte notícia a respeito do prefeito de Alagoa de Monteiro:

O Sr. Castro tem se utilizado de todas as ‘blagues’ possíveis para se manter no poder, desde a ostentação de força e prestígio até as manifestações por si mesmo idealizadas sob o pretexto de distribuir a pobreza [sic] café que nunca existiu. [E completa] “... Dentre as violências cometidas pelo Dr. Ageu de Castro avultam as que se referem ao direito de propriedade. Esses excessos de autoridade, esse desrespeito à coisa particular é produto ainda de certo ambiente que criou logo aos primeiros dias da vitória da revolução, quando por mais nada, sem prévia indenização e sem qualquer entendimento com o dono, se apoderavam representantes do poder público da propriedade privada.”¹⁶

Diante da denúncia e apuração das irregularidades, Anthenor Navarro, em 25 de fevereiro, exonerou Ageu de Castro do cargo de Prefeito e do posto de 2º Tenente do Regimento da Polícia Militar¹⁷.

O caso de Alagoa de Monteiro ilustra a conduta da interventoria na tentativa de instaurar nas municipalidades um procedimento administrativo isento de abusos e excessos. Governando por decretos, Anthenor procurou impor aos municípios, de forma autoritária, uma “cartilha de conduta” que primava pela moralidade

¹⁴ *A União*, João Pessoa, 19 nov. 1930, p. 6.

¹⁵ *A Imprensa*, João Pessoa, 11, 12 e 27 fev. 1932, p. 1.

¹⁶ *A Imprensa*, João Pessoa, 12 e 27 fev. 1932, p. 1.

¹⁷ *A União*, João Pessoa, 26 fev. 1932, p. 2.

política, econômica e administrativa. Com a fiscalização das prefeituras e conseqüente remoção dos prefeitos envolvidos em irregularidades; a interventoria iniciou um crescente processo de burocratização não só do estado, mas também das municipalidades, por uma via de mão única. Ou seja, a interventoria iniciou uma relação de cima para baixo, no sentido Estado ➔ município sem a interferência da política local.

O Estado, por meio da burocracia, procurou construir novos mecanismos de poder que possibilitaram o deslocamento das finanças, da administração e da política para a sua órbita. E por esta via, a interventoria de Anthenor Navarro tentou edificar uma burocracia deslocada das empreitadas do poder local para um regime de fiscalização direta, como pretendia a revolução e como foi amplamente divulgado pela imprensa paraibana: “O governo do Sr. Anthenor Navarro é o que positivamente se pode classificar de governo de trabalho, democracia e justiça, dentro dos postulados republicanos da ideologia revolucionária”¹⁸.

Nesta crescente escalada do Estado pós-30 rumo à centralização e ampliação de seus domínios, não houve espaço para que os antigos grupos de poder da Paraíba, que até então estavam por dentro da malha estatal - incluindo o epitacismo, exercessem uma dominação independente e auto-suficiente. Epitácio Pessoa, que nos primeiros instantes apoiou o novo governo, percebendo os rumos do processo revolucionário e presenciando o desprestígio da já agonizante oligarquia epitacista, qualificou o movimento de 30 como “*um prolongamento da de 1922 e 1924 [e completou:] Isso terá por efeito o meu afastamento*”¹⁹.

A frase de Epitácio, mesmo se referindo ao contexto nacional, traduz a condição a que foram relegados os grupos oligárquicos paraibanos nos primeiros anos depois do movimento de 1930, sobretudo, nas administrações de José Américo e Anthenor Navarro.

As interventorias e departamentos administrativos constituíram-se em instrumentos eficientes para a centralização, na medida que articulavam as oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da República. Desta forma a ‘política dos governadores’, veículo de consolidação do sistema de compromissos mútuos entre as situações dominantes nas diversas esferas do poder, foi substituído por um sistema, cujas deliberações convergem para o governo federal através da intermediação dos interventores e departamentos administrativos. ²⁰

Assim, o poder foi colocado por dentro do Estado e independente dos arranjos oligárquicos; as decisões não foram processadas por meio da troca de favores ou negociações, mas, por imposição e repressão. Na Paraíba da interventoria de

¹⁸ *Correio da Manhã*, João Pessoa, 10 nov. 1931, p.1, em comemoração ao primeiro ano da administração de Anthenor Navarro.

¹⁹ PESSOA, Epitácio. *Revolução de Outubro de 1930 e República Nova*. Rio de Janeiro: INL, 1985, p. 14.

²⁰ GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1994, p. 106.

Anthenor Navarro, o processo de centralização estatal foi anti-oligárquico e afrontou as bases do poder local a partir do alijamento de tais setores das esferas do aparato estatal, valendo-se, para isto, do discurso da moralidade política - aqui entendida como ordem política a ser instaurada.

Com sua ação intervencionista, Anthenor Navarro iniciou a reestruturação da política e o soerguimento da organização jurídica, social, econômica e administrativa da Paraíba pelos caminhos do autoritarismo. Ele não só trilhou as linhas mestras de organização do aparato estatal empreendidas por João Pessoa como também alinhou a estrutura estatal às bases da proposta revolucionária.

Contudo, as pretensões da interventoria em alijar do aparelho estatal os grupos locais não se deram de forma consensual. Mesmo se considerarmos que nos primeiros instantes do pós-30, a Paraíba estivesse mergulhada em uma grande comoção pública e que a palavra de ordem, daquele momento, fosse o saneamento moral dos costumes políticos, a empreitada centralizadora da interventoria não passou despercebida.

A ampliação dos domínios do Estado, conseqüentemente, teve que passar pela velha estrutura de arranjos e acordos políticos. Mesmo que o jornal *A União*, órgão oficial da interventoria veiculasse diuturnamente notícias de êxito e progresso nos atos do Interventor Federal Anthenor Navarro, a escalada do Estado atropelou, sem direito a uma efetiva reação, o poder local. O autoritarismo exercido pela interventoria de Anthenor Navarro procurou ser incisivo no combate a influência local e a oposição não teve espaço, e nem apoio institucional para que pudesse dirigir uma efetiva campanha de oposição ao interventor.

De leste a oeste da Paraíba a interventoria intensificou os expurgos; em Santa Rita, Flávio Ribeiro Coutinho, chefe político e perrepista, perdeu sua influência na burocracia municipal quando, por decreto, a interventoria colocou a cidade de Santa Rita na condição de Sub-Prefeitura de João Pessoa e nomeou José Flóscolo da Nóbrega para subprefeito²¹; em Patos, as famílias Firmino e Sátiro, aliadas no controle da Mesa de Renda do município e na detenção dos cargos públicos da cidade, deram vez a crescente onda de substituições e exonerações: a interventoria nomeou para prefeito Adalgício Olynto de Melo e Silva em substituição Pedro Firmino²²; em São João do Cariri, os Gaudêncio sentiram o desprestígio dispensado pela interventoria e a crescente aniquilação da sua influência política no município.

²¹ O decreto que coloca Santa Rita na condição de sub-prefeitura atrelada à capital é o de nº 83, de 4 de abril de 1931. José Flóscolo da Nóbrega foi advogado e consultor jurídico da cidade de João Pessoa. Era uma figura sem vínculos com a política de Santa Rita. Ver: ESTADO DA PARAYBA. *Actos do Interventor Federal: decretos de 1931*, p. 60. Ver também: SANTANA, Martha Maria Falcão de C. e Morais. *Poder e intervenção estatal: Paraíba - 1930-1940*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1999, p. 77-78.

²² A substituição política de Patos foi um tanto curiosa. Com a nomeação de Adalgício Olintho para prefeito a interventoria colocou os Sátiro e Firmino fora da máquina administrativa do município. Contudo, Clóvis Sátiro que comandou a cisão inter-oligárquica criou todos os empecilhos a administração do novo prefeito e, em 1935, emergiu como liderança política do município. Essas afirmações têm base em entrevistas concedidas ao autor em 23 jun. 2004, pela sra. Rosa Martins, cujo pai foi importante comerciante daquela cidade nesse período.

Na capital, a interventoria suspendeu a exclusividade do transporte de mercadoria e de passageiros entre Cabedello e a cidade da Parayba concedida, ainda no governo de João Pessoa, ao Dr. Antônio Pessoa Filho, irmão de Joaquim Pessoa, então prefeito da capital, e também a exclusividade dos Pessoa no suprimento de material e serviços prestados ao Estado, como comprova, pela lista de aserviços, *A União* na sessão “Expediente do Governo”:

Ordens de pagamento - A Secretaria da Fazenda - Mandar pagar ao Dr. Antônio Pessoa Filho, no Rio de Janeiro - 100:000\$000. A. O. Pessoa & Barros, pelo fornecimento de material para caminhões do Estado, em que trabalham nas obras públicas - “Pague-se a quantia de 4: 129\$000” - Aos mesmo, pelo fornecimento de material para a secretaria de S. Pública - “Pague-se 477\$000” [sic] “Aos mesmos, pelo fornecimento de material à Força Pública - “Pague-se 2: 031\$5000. Aos mesmos, pelo fornecimento de material para a garagem do Palácio do Governo - “Pague-se 4: 039\$000” - Aos mesmos, pelo fornecimento de material para a Secretaria de Assistência Pública - “Pague-se 2:202\$000 - aos mesmos pelo fornecimento de material à Repartição de Água e Esgoto - “Pague-se 391\$000. ²³

Em resposta, Joaquim Pessoa pediu exoneração do cargo.

Estou no exercício do cargo de prefeito municipal de João Pessoa, como v. exc. sabe, desde oito de outubro do anno próximo findo. Até aqui, penso, o dito cargo ter sido exercido com critério e excessiva dedicação, embora que sem sabedoria. Dá-se, porém, agora, exmo. exc. sr. que eu, por motivo que não vem ao caso explicar, não desejo de modo irrevogável continuar no cargo a que a confiança de amigos me elevou. ²⁴

As substituições promovidas pela interventoria de Anthenor Navarro, além de afastarem da política local os grupos oligárquicos, fez emergir um corpo de prefeitos tenentistas e administradores fora dos arranjos das localidades. Em Caiçara, por exemplo, a interventoria nomeou para prefeito João Napoleão Serpa, revolucionário de 30; em Alagoa Grande foi nomeado o engenheiro João Holmes, estranho na política daquela cidade; o bel. Adhemar Leite, antigo Juiz de Misericórdia foi nomeado prefeito de Piancó e Epaminondas Montezuma de Menezes, revolucionário de 30, foi nomeado prefeito de Sapé²⁵.

Todas essas medidas adotadas pela interventoria obrigaram a administração municipal a um desempenho renovado do serviço público. As prefeituras e os órgãos administrativos estiveram subordinados diretamente ao Secretário de Agricultura, Comércio, Indústria, Viação e Obras Públicas quando da realização de qualquer modalidade de obras no âmbito municipal; em cada município foi eleito um

²³ *A União*, João Pessoa, 4 jan. 1930, p. 2.

²⁴ *A União*, João Pessoa, 14 fev. 1931, p. 1.

²⁵ *A União*, João Pessoa, 19, 20 e 25 nov. e 14 dez. 1930.

Conselho Consultivo, cuja função foi a elaboração de relatório trimestral enviado ao interventor, assim como a devida fiscalização das contas, e por fim, nenhum prefeito pôde contrair empréstimos, fazer desapropriações, conceder privilégios ou assumir compromissos que tivessem duração de mais de um ano²⁶.

O desmonte da antiga estrutura político-administrativa das prefeituras afetou diretamente os interesses do poder local, e diante do crescente controle do Estado sobre os municípios foi progressiva a insatisfação e cada vez maior o número de desprestigiados reunidos em torno da histórica oposição de Heráclito Cavalcante²⁷.

A família Pessoa, desprestigiada, pretendeu tomar para si a herança heróica de João Pessoa; contudo, diante do crescente prestígio de José Américo e dos correligionários revolucionários, os Pessoa iniciaram uma campanha de desqualificação das ações da interventoria de Anthenor Navarro. A exoneração de Joaquim Pessoa da prefeitura da capital, de Fernando Pessoa das funções de prefeito de Itabaiana e, posteriormente, a exoneração de Carlos Pessoa da prefeitura de Umbuzeiro, motivaram a crescente reação dos Pessoa aos rumos da interventoria.

Em abril de 1931, *A União* publicou uma carta de Eptácio Pessoa Cavalcanti, filho de João Pessoa, em que este expôs os motivos pelos quais discordava da administração de Anthenor Navarro e da indicação deste para o cargo de Interventor da Paraíba. Segundo Eptácio Cavalcanti, além do completo desprestígio dispensado à família Pessoa, o interventor agiu com audácia e vilania quando acusou Joaquim Pessoa de conspirar contra o governo e planejar a deposição do interventor através de um levante comunista²⁸.

Em carta publicada no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, José Pessoa²⁹, irmão de João Pessoa, se refere ao interventor Anthenor Navarro como um tagarela, esbravejador e caluniador escandaloso por ter acusado Joaquim Pessoa de tramar um movimento de rebeldia contra a interventoria e ainda expõe sua oposição à indicação do mesmo ao cargo, aludindo que “*Anthenor não satisfaz os interesses administrativos da Paraíba*”. Sobre o mesmo assunto, em carta dirigida a Juarez Távora, José Pessoa externa sua discordância quanto à indicação de Anthenor

²⁶ Essas informações têm base no Decreto nº 109, de 12 de maio de 1931. Ver: ESTADO DA PARAYBA. *Actos do Interventor Federal: decretos de 1931*, p. 95-100. Na nossa pesquisa tivemos acesso apenas a fragmentos esparsos desses relatórios no IHGP.

²⁷ Heráclito Cavalcante foi desembargador no Superior Tribunal de Justiça na Paraíba e chefe da oposição ao epitacismo. Na campanha da Aliança Liberal, em 1930, no comando do Partido Republicano Conservador (PRC), congregou todos aqueles que haviam rompido com o então presidente do Estado e lançou para disputar as eleições na Paraíba, apoiando a candidatura Júlio Prestes-Vital Soares à presidência da República, José Gaudêncio ao Senado e Artur dos Anjos, João Suassuna, Oscar Soares, Flávio Ribeiro e Accacio Figueiredo como candidatos a Deputados. Depois de 1930, foi posto em disponibilidade e, posteriormente, pelo decreto nº 23, de 25 de novembro de 1930, exonerado. Ver: *Jornal A UNIÃO*, João Pessoa, 18 e 25 de fevereiro de 1930, pp. 1 e 12, ver também: *A União*, João Pessoa, 26 nov. 1930, p. 2.

²⁸ *A União*, João Pessoa, 7 abr. 1931, p. 1. Em nossa pesquisa não encontramos nenhuma referência que pudesse trazer dados mais consistentes sobre o possível movimento que pretendia derrubar Anthenor Navarro do cargo de interventor.

²⁹ José Pessoa foi comandante do 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro em Botafogo e posteriormente, comandante da Escola Militar daquele estado.

alegando que:

*Existem ahi individualidades como Irineu Joffily, Joaquim Pessoa e outros... que obedecem a severos princípios de justiça, escolha outro qualquer nome em detrimento dos já designados e que são naturalmente indicados pela collectividade. A meu ver a escolha de Anthenor obedeceu outro qualquer móvel alheio sentimento revolucionário e, assim sendo, estou certo, meus conterrâneos não sancionarão tal alvitre.*³⁰

Muitas foram as cartas publicadas no jornal *Brasil Novo*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite e Correio da Manhã* do Rio de Janeiro acerca das querelas entre os Pessoa e Anthenor Navarro e, para além do conteúdo das acusações, o que esteve em jogo foi a tentativa de emergência de um grupo político autenticamente identificado com a “obra de João Pessoa”. De um lado, a família Pessoa colocou a interventoria de Anthenor Navarro como maculadora da obra revolucionária do mártir paraibano e tentou se colocar como continuadora desta.

Julgando-se herdeiros políticos de João Pessoa, os Pessoa estavam requerendo o posto da interventoria, como deixou transparecer a sugestão de José Pessoa na já citada carta enviada a Juarez Távora. Do outro, Anthenor requereu para si a continuação da obra saneadora de João Pessoa e, com o seu discurso de moralização política e administrativa, qualificou a sua ação intervencionista como aquela que melhor podia falar em nome de João Pessoa.

Para os opositores de Anthenor, a interventoria não havia conseguido, em sua ação tida como moralizadora, realizar a obra revolucionária na Paraíba e outro objetivo não tinha a interventoria senão “o renascimento de uma velha oligarquia funesta, [assim era] a obra de consolidação revolucionária e os seus moralizados desiguos”³¹. Segundo a oposição, a interventoria havia favorecido a consolidação do grupo político encabeçado por José Américo e camuflado este propósito com um discurso moralizador e realizações elementares.

As acusações estiveram assentadas, ainda, na desqualificação das medidas de Anthenor Navarro referentes à centralização das administrações municipais. Segundo os opositores, a interventoria havia tratado toda estrutura administrativa do estado como podre, sem considerar as qualidades e honrarias de políticos de reconhecida honestidade: “em Guarabira elementos tradicionais pela honestidade, como os Aquinos, os Costas, os Guedes incorreram nas iras da nova situação. Em Areia, Patos e Piancó, igual fenómeno se observou”³².

³⁰ “A SITUAÇÃO da Parahyba: uma nova carta do coronel José Pessoa”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1931. Pesquisado no livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, localizada no Instituto Paraibano de Educação (UNIPE), em João Pessoa. Por se tratar de recortes de jornais não conseguimos encontrar as páginas em que foi publicada a matéria.

³¹ *Brasil Novo*, João Pessoa, 8 set. 1933. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, sem número de páginas.

³² *Brasil Novo*, João Pessoa, 8 set. 1933.

Em geral, as discordâncias dos Pessoa e daqueles que se sentiram desprestigiados pela ação intervencionista de Anthenor Navarro não excederam o campo das acusações. O grupo que se constituía como oposição não chegou a um rompimento efetivo, pois, seguindo a orientação de Epitácio Pessoa:

*Preliminarmente isso me parecia uma resolução precipitada e insensata. Como combater um governo que pode livremente suspender jornais, impedir comícios e opor-se a todas as manifestações de atividade e propaganda política. Só com a força de decreto não era essa e nem devia ser a intenção daqueles correligionários. - O razoável, portanto, é esperarem a restauração do regímen constitucional, regímen de direitos e garantias.*³³

Sendo assim, os elementos da oposição a Anthenor atacaram a interventoria com discursos em favor da constituinte. Por meio da imprensa tida como oposicionista (Jornal Brasil Novo e Liberdade³⁴) os ataques acusavam o interventor paraibano de defender o arbítrio:

É compreensível que [os interventores do Rio Grande do Norte e do Ceará] não interpretem os anseios das colectividades cujos destinos foram transitariamente confiados. Mas o sr. Navarro é parahibano, filho do chão torrado do sol e do sangue viril da raça indômita viveu as horas sagradas da campanha chefiada por João Pessoa; deveria ser um discípulo das lições de independência, coragem e abnegação que lhe deixou o mestre sacrificado.

*A nação assiste repassada de assombro a ousadia do interventor parahybano, desligando-se brutalmente da Parahyba, para formar com os adversários, dos ideaes, que João Pessoa tornou sagrados... ao sr. Navarro cumpre-lhe passar o governo a quem represente melhor o grande morto que seria hoje, sem dúvida, se lhe tivessem deixado a vida, o chefe do povo brasileiro, na campanha reivindicadora do regime legal”*³⁵

Com esse estado de coisas e, influenciado pelos noticiários acerca da Paraíba na Capital Federal, o Governo Provisório de Vargas começou a demonstrar as primeiras insatisfações com a interventoria da Paraíba. Em carta escrita a Anthenor Navarro, José Américo o adverte sobre a condução da administração da Paraíba aludindo às palavras de Getúlio Vargas quando afirmou que: “Esse rapaz a quem

³³ A suspensão de jornais a que se refere Epitácio diz respeito ao empastelamento do jornal *Liberdade* em 1931. PESSOA, Epitácio. *Na política da Paraíba: 2ª fase - 1912/1915*. Rio de Janeiro: INL, 1962, p. 412-414.

³⁴ O jornal *Brasil Novo* foi fundado em 1931 por Tancredo de Carvalho, teve como orientação os ideais da revolução de 1930, contudo, aderiu à campanha da constitucionalista e passou a ser perseguido sendo empastelado em 1933. O jornal *Liberdade* foi fundado em 1930 por Aderbal Piragibe e também defendeu em seus editoriais a volta do país a constitucionalidade, foi empastelado no início de 1931 pela interventoria, mas, continuou a circular clandestinamente.

³⁵ *Liberdade*, João Pessoa, 16 jan. 1932. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida, sem número de páginas.

*nomeei contrariando a vontade expressa dos irmãos de João Pessoa, para atender as indicações do José Américo e do Távora, parece não está me entendendo*³⁶.

Não foi propósito de Vargas dar início a uma luta localizada nos estados contra as chefias locais, mas, conciliá-las sempre que possível. Entretanto, no caso da Paraíba, Anthenor Navarro esteve próximo de um radicalismo revolucionário e tenentista que o distanciava da proposta conciliatória de Vargas.

Para José Américo, a postura de Anthenor frente ao Governo Central não poderia exceder os limites da conciliação. Os rumos do Governo Provisório não eram, de todo, autenticamente revolucionários nem de base exclusivamente militar, mas, conciliador e próximo dos elementos civis. Sendo assim, pelo contorno das relações estabelecidas entre a Paraíba e o Governo Provisório de Vargas, uma vez que a pasta do Ministério de Viação e Obras Públicas estava sob o comando de um paraibano, não deveria a interventoria da Paraíba radicalizar sua ação. Em síntese, não seria ao lado do radicalismo revolucionário e militar, proposto pelos tenentes, que deveria permanecer o governo paraibano, mas ao lado de uma proposta conciliatória defendida pelos civis revolucionários, dentre eles Vargas.

Contudo, neste conjunto, o estado paraibano sob o comando de Anthenor Navarro ampliou seu eixo intervencionista com uma ação centralizadora e o discurso moralizador. Sob as ordens da interventoria, a Paraíba se configurou com uma conformação estatal nova e ampla, subjugando os municípios e o funcionalismo a sua tutela.

A estrutura burocrático-estatal desenhada por Anthenor Navarro trouxe uma nova dinâmica administrativa intimamente relacionada com o executivo. No seu bojo, a ampliação dos domínios do Estado sobre os setores funcionais da administração se impôs a toda tentativa dos grupos locais em reaver para si a influência sobre a burocracia estatal. O momento de exceção instaurado no pós-30 possibilitou, assim, uma ampla liberdade de ação, sobretudo, à Paraíba onde a conjuntura pós-revolucionária teve um forte apelo ao exemplo patriótico de João Pessoa, de modo a estruturar uma ordem estatal alicerçada na mitologização dos feitos do “*herói paraibano*”.

Ordem estatal, Mitologização e Justificativa da Ação Intervencionista do Estado

João Pessoa como mito, como exemplo de administrador e como herói, colaborou com a ação centralizadora do Estado. Ou seja, diante das manifestações que envolveram a morte do “Grande Presidente”, a interventoria de Anthenor Navarro não ficou indiferente às expressões de mitificação e heroização daquele presidente. O exemplo de João Pessoa - bravo, resistente e moralizador - imprimiu a justificativa necessária às ações intervencionistas do Estado, com o objetivo de legitimá-las na conjuntura emergente de 1930.

³⁶ Cf. “Carta de José Américo a Anthenor Navarro”, sem data. In: ALMEIDA, José Américo de. *Correspondência de José Américo*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo. Transcrevendo supostas colocações de Vargas.

A intervenção estatal, portanto, buscou legitimizar sua ação centralizadora pela invenção de tradições; em volta da ação político-administrativa de João Pessoa, ela criou rituais simbólicos que incutiram valores e normas de comportamento, e deu à ação intervencionista o sentido de continuidade em relação ao passado, um passado de glória e de heroísmo, em nome dos interesses da Paraíba³⁷.

Ou seja, a criação novos padrões simbólicos diante das transformações sociais. Haja vista que os antigos padrões de sociedade, para os quais foram geradas “velhas” tradições, não correspondiam aos novos agentes promotores e divulgadores institucionais de acomodação e/ou adaptação.

No caso da Paraíba pós-30, pode-se dizer que não houve exigências por parte dos grupos sociais, ao contrário, foi o grupo que ascendeu ao poder quem buscou criar uma coesão social capaz de estruturar as relações sociais, de acordo com a nova conformação estrutural do Estado. E, ao mesmo tempo em que a criação de novas tradições concorreu para a legitimação da interventoria, a ela foi requerida, também, a criação de novos métodos de governo que fossem capazes de estabelecer alianças.

No caso específico da interventoria de Anthenor Navarro, esses métodos foram estabelecidos pela criação de uma “*justificativa intervencionista do Estado*”. O que quer dizer que, após a conformação político-estrutural do pós-30, as transformações implementadas pela interventoria se fizeram indispensáveis ao desenvolvimento e à moralização estrutural de todo o aparato estatal. Tais transformações só poderiam ser efetuadas pela ação incisiva do Estado, em se colocar como necessário para a concretização dessas mudanças.

Sendo assim, as “*tradições inventadas*” pela interventoria, em torno da figura de João Pessoa e de todo o processo histórico do movimento de 1930, se inscrevem em categorias que, ao mesmo tempo, apelam para a coesão social, legitimam o Estado e socializam idéias, valores e signos. Assim, a interventoria construiu um complexo sistema legitimador de sua ação pelo imbricamento de “novas” tradições, alicerçadas, sobretudo, na obra moralizadora de João Pessoa.

Isso significa que, ao buscar sua legitimação sobre os feitos de João Pessoa, a interventoria de Anthenor Navarro atraiu para si o apoio de quase a toda a sociedade paraibana e, no nosso entender, tornou indistinta a atuação do Estado interventor da “*luta titânica pelo engrandecimento da Paraíba e melhoria de vida para seu povo*”³⁸, promovida por João Pessoa. Assim, como ponto importante nesse processo, tem-se a consolidação da personificação da figura do interventor como continuador da obra do “grande presidente”, refletido no seu discurso de posse:

Imitando, como sempre procurei fazer, João Pessoa, eu nada prometto, mas de ante-mão vos asseguro que, sejam quaes forem as dificuldades, surjas impecilhos grandes ou pequenos, procurarei dar aos meus actos

³⁷ Essas considerações têm por base: HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9 e p. 127.

³⁸ AGUIAR, Wellington. “70 anos da Revolução de 30”. *A União*, Caderno Especial, João Pessoa, 9 mai. 2004, p. 5.

*todo esforço de moço, e todo critério de revolucionário.*³⁹

Por essa personificação, Anthenor Navarro não se configurou como elemento central do Estado nos primeiros instantes do pós-30 na Paraíba; ele não projetou a sua imagem acima de todos os interesses para criar, em volta do seu nome, um mito ou peso político; ao contrário, sua administração colocou o Estado acima de todos os interesses. Foi o Estado quem foi personificado como aquele que poderia conduzir os destinos do povo paraibano e, dentro dessa personificação, estava a figura do interventor. Como continuador da obra de João Pessoa, Anthenor introjetou à sua pessoa o Estado e, a partir dele, refletiu as ações do “Herói paraibano”. Durante sua administração, o que podemos identificar é a criação da ordem estatal pelo exemplo joão pessoano.

Ou seja, o cerne da administração de Anthenor Navarro estava na tentativa de elevar o Estado ao mais alto patamar de ação junto aos interesses da Paraíba e, para isso, a interventoria contou com o calor do momento, com as manifestações cultuadoras em volta da morte de João Pessoa. O Estado interventor, que se instituiu com o movimento de 1930, subtraiu para si esse culto e criou um modelo de ação estatal que pouco foi contestado, ou pelo menos, as contestações não tiveram peso suficiente para impedir a escalada centralizadora do Estado.

Esse modelo de ação intervencionista foi construído não apenas pelo discurso, mas também, pelas obras, pelas idéias e pelos lugares de memória. A todo instante, a interventoria justificou sua ação pelo princípio moralizador de João Pessoa e o estado se fez presente em todos os lugares, como continuador e ordenador de uma sociedade injustiçada e ferida pelo desaparecimento do seu ilustre conterrâneo. A esse respeito vejamos alguns exemplos:

Considerando que a vida pública e particular do Presidente João Pessoa foi um exemplo constante de amor à virtude e à justiça; [a interventoria] DECRETA:

*Art. 1º - como parte integrante do material didactico para a educação cívico-moral nos estabelecimentos officiaes, equiparados e subvencionados de ensino no estado, figurará, obrigatoriamente, o retrato do eminente parahybano Presidente João Pessoa, que deverá ser collocado em logar de destaque na classe.*⁴⁰

.....
*[a interventoria] abre crédito especial da quantia de setenta contos de réis (70:000\$00) destinada à construção de um monumento no Rio de Janeiro, sobre o túmulo do Presidente João Pessoa.*⁴¹

.....
Realizou-se, ante-hontem, as 20 horas no salão de honra do “Clube dos Diários”, a inauguração do retrato do grande presidente João Pessoa.

³⁹ A União, João Pessoa, 11 nov. 1930, p. 1.

⁴⁰ Cf. *Actos do Interventor Federal: Decretos de 1930*, p. 03. Esse decreto foi aditado ainda na interventoria de José Américo. (Decreto nº 1, de 7 de outubro).

⁴¹ Cf. *Actos do Interventor Federal: Decretos de 1931*, p. 7. (Decreto nº 50, de 24 de janeiro).

*A solenidade teve a presença do Interventor Federal Anthenor Navarro, e de numerosos associados [...]*⁴²

Essas são apenas pequenas amostras do que a interventoria se utilizou para estar presente e corresponder ao sentimento popular de perda e preservação da memória de João Pessoa. No jornal *A União*, foram freqüentes as notas enviadas pelas prefeituras, comunicando alguma iniciativa em favor da memória do “herói paraibano” - aposição de um retrato, nome de uma rua, nome de um estabelecimento de ensino, celebração de uma missa, etc. O interessante nessas notas é que todas são endereçadas ao interventor, em todas elas a comunicação é feita ao Estado, e, através dessa veiculação na imprensa, o Estado interventor se confunde com a figura do herói e assume essa personificação.

De modo mais expressivo, temos a organização da semana cívica. No ano do primeiro aniversário da morte de João Pessoa, 26 de julho de 1931, a interventoria em conjunto com diversas instituições da sociedade civil - grupos escolares, igreja, associações de trabalhadores, sindicatos, Academia de Comércio Epitácio Pessoa, Associação Paraibana de imprensa, jornal *A União* e Rádio Tabajara - esteve mobilizada para a institucionalização de uma memória coletiva promotora de uma coesão social. De 19 a 26 de julho de 1931 a Paraíba esteve unida nas comemorações em memória de João Pessoa.

O que se percebe, em torno de todas as manifestações de exaltação a João Pessoa, sobretudo, nesse primeiro momento, é a primazia do Estado interventor como articulador de todos os segmentos da sociedade, cujo grande objetivo foi a introjeção desse imaginário como legitimador de sua ação. Nesse sentido, para nós é bastante ilustrativa a presença do interventor na semana cívica, como noticia as notas abaixo do jornal *A União*:

19/07/1931

8 h - Partirá do Palácio passeata cívica com o retrato de João Pessoa conduzido pelo Interventor Federal, a fim de fazer a aposição no Altar da Pátria, em frente à Escola Normal. [...]

26/07/1931

10 h - Inauguração do pavilhão do Chá.

*14 h - Reunião de todo povo na Praça da Independência em frente a casa que morou João Pessoa. Na ocasião falou o padre Matias Freire. Desfile das bandas de música e corporações militares até a Praça João Pessoa onde às 17:23 h, tocará por trinta segundos sirene de A União, anunciando a hora em que morreu o presidente, afim de se guardar um minuto de silêncio. Hinos. Fala o interventor Antenor Navarro. Hino Nacional.*⁴³

Tais notas nos dão a medida do imbricamento do Estado interventor com as manifestações populares. Observe-se que o interventor conduz o retrato de João Pessoa ao altar da pátria e participa de todos os atos de exaltação. A partir dessa

⁴² *A União*, João Pessoa, 14 mai. 1931, p. 3.

⁴³ *A União*, João Pessoa, 19 jul. 1931, p. 3.

conduta, podemos reafirmar a busca da legitimação da interventoria pela sua relação com a história-pátria do herói paraibano. O cortejo, do qual participa o interventor, rumo ao altar da pátria, recebe o nome de “passeata cívica”, ou seja, introjeta a idéia de civismo, de ordem e de presença indispensável do estado à construção de uma memória conagraçadora de todos os segmentos sociais. Assim, podemos dizer que a legitimação da interventoria passou pelo conagraçamento do simbólico, representado por João Pessoa.

Esse simbólico não é construído pela simples dimensão dos feitos administrativos de João Pessoa, mas, pela própria dimensão simbólica a que pertence o movimento de 30. Ou seja, é um exercício de dominação com a idéia de unidade e homogeneidade produzida a partir da visão dos “vencedores de 30”. Criou-se, então, uma continuidade histórica de culto ao mito e homenagem àquele que podia continuar realizando a obra do “*grande presidente*”, que nesse caso, não seria o interventor, mas, o Estado representado por ele.

O que ocorre, então, é a construção de uma memória histórica do movimento de 1930, na Paraíba, pelo imaginário social de coesão e desenvolvimento a partir do Estado, tendo como conagraçadora a figura histórica de João Pessoa. Não resta dúvida de que a propagação do mito: “*João Pessoa, Herói paraibano*”, ultrapassou as fronteiras da legitimação estatal e se constituiu sozinho, no imaginário social dos paraibanos. Contudo, o que pretendemos enfatizar, neste momento de institucionalização de um Estado centralizado, é o fato de que foi também o Estado interventor quem ajudou a construir esse mito com a finalidade de legitimar sua ação centralizadora.

Foi através do mito, “*aqui entendido como legitimador da conduta e dos interesses de uma determinada época de uma dada realidade social*”⁴⁴, que a interventoria criou os espaços de memória e legitimou o Estado interventor Paraibano. As manifestações populares e a criação dos lugares de memória, construídos pelo estado, transformaram a herança da administração de João Pessoa e as ações do Estado interventor numa manifestação de pompa e poder, legitimada e aprovada pelos cidadãos paraibanos.

Na prática diária das ações da interventoria de Anthenor Navarro, foram as obras públicas (conclusão do Palácio do governo, construção de estradas, construção de escolas, entre outras) que deram o conagraçamento definitivo entre a legitimação do poder estatal e os princípios de ordem da administração de João Pessoa. Foi por meio das obras públicas que o Estado se mostrou presente, como provedor e tutor de um suposto desenvolvimento ordenado da Paraíba.

As obras públicas tiveram em sua realização, o propósito de construir um imaginário legitimador de um Estado presente e disposto a alavancar o desenvolvimento. Também foi por meio das obras públicas que a interventoria externou sua aliança com a atividade meticulosa e eficiente de João Pessoa. Isso

⁴⁴ Cf. as considerações de: CASTELO BRANCO, Uguaciara Veloso. *A construção do mito do “meu filho doutor”*: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil - Paraíba. João Pessoa: UFPB/Universitária. 2005, p. 27-28. Ver também as considerações de: ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva. 1998, p. 10-13.

porque, no conjunto geral das obras concretizadas pela interventoria, todas foram iniciadas no governo daquele presidente.

*Assim foi que v. exc., em assumindo a direcção do Estado, sem perda de tempo retomou a marcha dos trabalhos, atacando-os com a intensidade maior ou menor conforme os recursos de que dispunha, mas agindo sempre como tomado daquella mesma actividade meticulosa e efficiente com que em poucos meses transformou o dr. João Pessoa a nossa pequenina Parayba nessa Parayba grandiosa e cheia de louros que todos actualmente lhe reconhecem e proclamam.*⁴⁵

Em volta da solenidade de inauguração do Palácio do Governo, podemos perceber a nítida personificação do Estado, quando, por Decreto, muda-lhe a denominação, cercando o prédio de uma memória reafirmadora da moralidade e da seriedade administrativa.

Anthenor Navarro, interventor Federal no Estado da Parayba. Considerando que foi no Palácio do Governo que se iniciou o período administrativo do Presidente João Pessoa que impoz, de modo radical novas directrizes políticas e administrativas no Estado; Considerando que a actuação dessas reformas se reflectira no cenário da política nacional e foi o factor decisivo da victória da Revolução e redempção do Brasil; [...]
Considerando que o nome PALÁCIO DA REDEMPÇÃO foi sugerido pelo povo em memorável manifestação de character colletivo ao governo. DECRETA:
*Art. 1 - fica denominado PALÁCIO DA REDEMPÇÃO o antigo Palácio do Governo do Estado.*⁴⁶

No texto do decreto acima, podemos perceber o peso simbólico que cercou o Palácio do Governo. Muito mais que sede da administração estadual, o novo Palácio da Redenção foi travestido de um significado de ordem centralizadora, que cercava a interventoria, sobretudo, no que diz respeito à postura joão pessoana empreendida pelo período intervencionista de Anthenor Navarro.

Em seu conjunto, as realizações da interventoria de Anthenor Navarro foram estruturais, buscaram a centralização de toda a máquina administrativa e reconduziram o centro das decisões para os domínios do Estado. Como já foi analisada, a reorganização de todos os campos que compunham a máquina administrativa foram pautados no discurso e no apelo à moralidade. Mas, que moralidade foi essa, que tanto caracterizou a interventoria de Anthenor Navarro?

O discurso intervencionista como vimos, buscou a todo instante legitimar sua ação pelo dimensionamento mitificador da administração de João Pessoa; a interventoria se apossou da herança política do “herói paraibano” não apenas como enaltecadora dos seus feitos, mas como forma de comandar o real pelo

⁴⁵ Cf. *Relatórios do Primeiro Anno de Administração*, 1932, p. 109.

⁴⁶ Cf. *Actos do Interventor Federal: Decretos de 1931*, p. 15-16. (Decreto nº 143, de 29 de julho).

imaginário. Pela intensa centralização empreendida por Anthenor Navarro, em um contexto de indefinições políticas, a ação intervencionista necessitou de produzir um dispositivo de poder que pudesse embriagar as inquietações exaltadas do contexto pós-30.

Com essa necessidade, o dispositivo destinado a produzir um efeito legitimador e moralizador do Estado intervencionista deveria refletir uma imagem de ordem e moral, largamente associada ao poder, e ao mesmo tempo aceita pelo contexto social. Assim, o que temos é a construção de uma moralidade voltada, não para o interventor, mas para o Estado alicerçado no imaginário popular de moral política e administrativa pelo engrandecimento dos feitos de João Pessoa⁴⁷.

Este movimento seria a tentativa de construir um “herói estatizado” como parte da nova conformação organizativa desse Estado. Nesse momento, o que temos é a construção de um herói ligado ao conjunto histórico, de modo a estabelecer um “novo” poder, uma “nova” ordem e uma “nova” moral. Partindo dessa premissa, entendemos que, enquanto se centralizava o aparato administrativo da Paraíba, nos primeiros instantes depois do movimento de 30, buscava-se eliminar o “velho,” configurado naqueles que representavam as práticas corrompidas da política e do poder, cujo cenário foi a Primeira República.

A centralização estatal promovida por Anthenor Navarro, portanto, colocou o Estado como guardião dessa moral e dessa imparcialidade administrativa, de modo a estruturar uma ordem ao caos. O princípio de moralidade, diferenciou, classificou, hierarquizou e traçou limites, subordinando consciências pela exposição das práticas oligárquicas e classificando essas como imorais.

Assim, a moralidade administrativa e centralizadora de Anthenor Navarro foi moldada se utilizando da exposição do que precisava ser mudado, com o fim de construir uma consciência moralizadora pelo constante saudosismo a João Pessoa.

Desse modo, para os projetos de ampliação dos domínios do Estado, o desmonte dos redutos do poder local pela interventoria não foi um propósito, mas, uma consequência inevitável da centralização estatal. Neste sentido, a interventoria de Anthenor Navarro canalizou o poder, em detrimento do poder local, para as esferas do Estado e, por um processo mitificador dos feitos do “grande presidente”, favoreceu a emergência do “poder do Estado”, cuja expansão se estendeu por todos os setores estruturais (educação, finanças, crédito, justiça, funcionalismo e saúde) e políticos.

⁴⁷ BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 6-7.

RESUMO

Esse texto está estruturado de modo a perceber os meandros da centralização político-administrativa da interventoria de Anthenor Navarro que, sob orientação política do Estado Federal, o interventor submeteu o aparato administrativo estatal da Paraíba a essa nova ordem; assim, política, economia e burocracia estatal foram reorganizadas, pelo Estado em seu âmbito, convergindo para o processo de centralização. Em um plano mais específico à Paraíba, tal ordem se estabeleceu, tendo como exemplo as ações administrativas do governo de João Pessoa (1928-1930), que influenciaram a interventoria de Navarro em suas ações. Neste contexto pós-30, procurou-se discutir as iniciativas reestruturadoras do Estado paraibano na perspectiva do discurso da moralidade administrativa, cuja finalidade foi subordinar as oligarquias locais aos ditames do Estado.

Palavras-Chave: História da Paraíba; Centralização; Política Intervencionista; Anthenor Navarro.

ABSTRACT

This text is arranged in order to perceive the political-administrative centralization of Anthenor Navarro's government ("*interventoria*"). Under the political orientations of the Federal State, that governor submitted the state administrative apparatus of Paraíba to this new order; therefore, politics, economy and state bureaucracy were reorganized, by the State and inside it, converging towards the centralization process. In a more specific level, related to Paraíba, such order was established since the administrative actions of João Pessoa's government (1928-1930), what influenced Navarro's intervenence ("*interventoria*") in his own actions. In the context after 1930, it were discussed the restructuring initiatives of Paraíba state, from the point of view of the speech of the administrative morality, whose final purpose was putting the local oligarchies under State control.

Keywords: History of Paraíba; Centralization; Political Intervenence; Anthenor Navarro.